



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

**O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE
GÊNERO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.**

ANA PAULA GOMES DE ABREU LIRA

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

ANA PAULA GOMES DE ABREU LIRA

**O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE
GÊNERO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.**

Projeto de pesquisa-intervenção do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Sob orientação do Professor Me. Alexandre de Carvalho Rodrigues da Silva.

BRASÍLIA

2015

LIRA, Ana Paula Gomes de Abreu.

O papel da escola no combate à discriminação de gênero nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública de Samambaia-DF./ Ana Paula Gomes de Abreu Lira. – Brasília, 2015.

f. 38: il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia - EaD, 2015.

Orientador: Prof. Me. Alexandre de Carvalho Rodrigues da Silva, Departamento de Psicologia.

1. Gênero 2. Escola. 3. Discriminação. I. Título.

Ana Paula Gomes de Abreu Lira

**DEBATENDO O SEXISMO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da aluna

Ana Paula Gomes de Abreu Lira

Professor Mestre Alexandre de Carvalho Rodrigues da Silva
Professor Orientador

Professora, Doutora Fabrícia Teixeira Borges
Professora examinadora

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Dedico esse estudo ao meu esposo Adriano, aos meus filhos João Pedro e Lucas Eduardo e aos meus alunos, que me inspiram amor aos estudos.

Minha gratidão a todos que colaboram comigo na elaboração deste projeto interventivo. Em especial, ao professor Alexandre por todo incentivo e orientação.

Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho monográfico analisa o papel da escola no combate à discriminação de gênero nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Foi feito um estudo qualitativo numa escola pública de Samambaia- DF, utilizando como instrumentos de coleta de dados uma observação das interações dos alunos de uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, além de uma oficina e debate com os alunos da turma. Desse modo, a pesquisa aborda a importância do ambiente escolar na educação de meninos e meninas para igualdade de direitos e oportunidades e faz uma reflexão sobre o papel da escola no combate à discriminação de gênero. Os resultados revelaram que o ambiente escolar pode ser determinante para que as interações entre meninos e meninas continuem sendo uma relação hierárquica e discriminatória. Portanto, levar esta temática para dentro da escola é essencialmente importante, pois é neste ambiente que as crianças são inseridas ativamente na vida social, é neste ambiente que se iniciam as lutas democráticas.

Palavras-chave: Gênero; Escola; Discriminação.

SUMÁRIO

1 -	Tema	10
2 -	Problematização	10
3 -	Justificativa	12
4 -	Objetivos de pesquisa	
	• Objetivo geral	13
	• Objetivos específicos	13
5 -	Referencial teórico	
	• A importância do ambiente escolar na educação para a igualdade de direitos e oportunidades	14
	• Refletindo sobre o papel da escola no combate à discriminação de gênero	18
6 -	Metodologia	25
7 -	Ações Interventivas	28
8 -	Análise e discussão do processo de intervenção	30
9 -	Considerações finais	35
10 -	Referências bibliográficas	37

1 – TEMA

Uma análise do papel da escola no combate à discriminação de gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública de Samambaia DF.

2 – PROBLEMATIZAÇÃO

Por muitas vezes falamos e ouvimos nos noticiários que o “Brasil é um país rico em diversidade cultural, devido cada região possuir a sua própria cultura, costumes, crenças, religiões, danças” (AGUIAR, 2010, texto digital), porém nos esquecemos ou nos passa despercebido que o país da diversidade carrega nos ombros uma herança, do seu tempo de colonialismo, marcada e carimbada até os dias atuais, de exclusões, discriminações e submissões.

Uma dessas marcas é a questão ligada ao gênero e sexualidade. Entende-se por gênero, o papel que homens e mulheres assumiram ou assumem em cada sociedade. De acordo com a Wikipédia (2015) gênero

[...] refere-se à identidade adotada por uma pessoa de acordo com seus genitais, psicologia ou seu papel na sociedade. Para a maioria das pessoas, homem ou mulher. Ainda que gênero seja usado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais e na psicologia refere-se às diferenças sociais, conhecidas nas ciências biológicas como papel de gênero.

Sendo assim, homens e mulheres aderentes às suas atribuições biológicas carregam também aquelas determinadas culturalmente e que se tornaram tão naturais, que por muito tempo, acreditamos serem elas distintas e específicas para homens e outras para mulheres. Acreditando que tais atribuições socioculturais, estavam ligadas à biologia humana, as mulheres por terem seus corpos anatomicamente preparados para a maternidade foram colocadas em uma posição de submissão em relação ao homem e ficaram restritas aos cuidados da casa e dos filhos. Dessa maneira, por muito tempo, foram excluídas de participarem ativamente das diversas áreas da sociedade. Carrara (2009, p. 13) diz que

[...] até o início do século XX uma das justificativas para a não extensão às mulheres do direito ao voto baseava-se na ideia de que elas possuíam um cérebro menor e menos desenvolvido que o dos homens. Este imperativo de encontrar no corpo as razões de tais diferenças, ou seja, de essencializá-las ou naturalizá-las, explica-se pela preponderância formal dos princípios políticos do Iluminismo, muito especialmente do princípio da igualdade. Depois da Revolução Francesa, nas democracias liberais modernas, apenas desigualdades naturais, inscritas nos corpos, podiam justificar o não acesso pleno à cidadania.

Aos poucos, e como resultado de muitas e crescentes lutas, “um desses exemplos são as chamadas sufragistas, que lutavam no início do século passado para que as mulheres tivessem o mesmo direito de votar que era concedido aos homens” (CARRARA, 2009, p. 41), as mulheres começaram a participar dos mais diversos contextos sociais. E apesar da crescente luta em favor da igualdade de gênero, que diz respeito “a busca da igualdade entre os membros dos dois gêneros humanos, homens e mulheres, derivado de uma crença numa injustiça, existente em diversas formas” (WIKIPÉDIA, 2015), ainda há comportamentos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino e que geram desigualdades, pois hierarquizam os gêneros, pondo as mulheres, na maioria das vezes, em posições inferiores aos homens. De acordo com CARVALHO (2014, texto digital)

As mulheres ganham, em média, 70% do salário dos homens pelo mesmo trabalho. Isso quer dizer que quando eles ganham mil reais, elas ganham 700. As mulheres também são minoria em cargos de chefia e pouco presentes em áreas de atuação tradicionalmente masculinas. Por outro lado, as mulheres acumulam, além do trabalho, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos.

Diante deste contexto e sabendo que a educação é a base da vida social e é na escola que o sujeito amplia sua cultura e começa a trilhar os caminhos da cidadania é que o problema desta pesquisa pode assim ser formulado: Qual o papel da escola na educação de meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades de gênero?

3 – JUSTIFICATIVA

A maneira como homens e mulheres se comportam corresponde a um aprendizado cultural que ensina cada gênero a agir. O que gera expectativa social de como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, gostar, namorar, etc. Desde pequenas, até mesmo no ventre da mãe, as crianças escutam “rosa é de menina, azul é de menino”, “meninas brincam de boneca e meninos de carrinho”.

Pensar em gênero é pensar na luta de igualdade de direitos. Homens e mulheres, desde muito tempo, vêm traçando uma disputa de identidade e posicionamento junto à sociedade. Nesta grande disputa, as mulheres na maioria das vezes assumiram uma posição de submissão. Mas, ultimamente, começaram a ganhar voz na sociedade e são cada vez mais discutidas as relações de gênero como classificador social.

O tema o papel da escola no combate à discriminação de Gênero se faz necessário porque a escola é influenciada pelos modos de pensar de agir em sociedade, ao mesmo tempo, que é responsável pelas transformações sociais e por construir caminhos para a valorização da diversidade. Carrara (2009, p. 15) diz que

A escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

4 – OBJETIVOS DE PESQUISA

OBJETIVO GERAL:

- Analisar as relações de gênero como uma construção social de identidade no contexto escolar público da regional de Samambaia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as diferenças na educação de meninos e meninas no ambiente escolar;
- Analisar como a escola contribui para a diferenciação de valor entre o masculino e o feminino.
- Analisar como as crianças percebem as relações de gêneros e seus estereótipos.

5 - REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A importância do ambiente escolar na educação para a igualdade de direitos e oportunidades

Quando discorremos sobre educação escolar, uma das questões que nos inquieta é a qualidade do ensino público no Brasil. Indagamos se realmente as crianças estão aprendendo o que deveriam aprender na escola: ler, escrever, calcular... Mas poucos indagam se todas as nossas crianças têm oportunidade de ir à escola. Quando se discute educação escolar na televisão, se discute a obrigatoriedade, se discute o aumento do número de matriculados, a universalização do ensino, a amplificação do Ensino Fundamental. No índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), se discute as “melhorias” feitas no sistema educacional e nas escolas, mas pouco se fala no número de crianças que deixam de ir à escola ou que nunca foram. Pouco se aprofunda sobre as razões, as ocorrências, a exclusão, a necessidade de sobrevivência.

E é natural que em nossas cabeças venha primeiro o pensamento de qualidade do ensino, consoante ser a educação de suma importância para cada um, pois “o que integra o indivíduo na sociedade e no grupo social em que vive é o patrimônio cultural que ele recebe pela educação” (OLIVEIRA, 2003, p. 212). E que segundo estabelece a Constituição (arts. 205 a 206), “é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade”.

Poucos indagam também sobre a escola sendo um lugar de encontro com o outro ou indagam sobre as relações que as crianças fazem umas com as outras. De acordo com Pulino (2014, p. 04)

É a partir dessa abertura do humano para o outro que se instauram suas possibilidades de ações no mundo, de produção de linguagem, de comunicação, de sentimentos, pensamentos, desenvolvimento mútuo, enfim, de educação. A educação consiste nesse processo que propicia o encontro com o outro, com o mundo e consigo mesmo.

É a escola o primeiro ambiente em que as crianças têm acesso, confronto, à ou com outros costumes e valores. É ela a responsável pela educação formal e coletiva dos sujeitos por meio de processos sistemáticos de aprendizagem. Porém, nem sempre a escola consegue cumprir esse papel de forma democrática, muitas vezes diminui ou até mesmo exclui. De acordo com Pulino (2014, p. 05)

[...] ela não existe em todas as formas de cultura e, onde existe, como no Brasil, mesmo sendo considerada um direito de todos, não tem sido universalizada para acolher a totalidade da população em idade escolar no país. Assim, apesar de serem estabelecidas políticas públicas de universalização do direito à educação em nosso país, temos enfrentado obstáculos para a efetivação concreta dessas propostas... A educação escolar é uma instituição criada e marcada por dimensões históricas, geográficas, políticas, culturais e sociais, que se constituem em desafios para governantes e a sociedade em geral, na promoção do direito de todas as pessoas à educação.

Para que esse direito à educação, o qual ressaltou Pulino, seja contemplado na sua integridade, nos últimos tempos tem se falado muito a respeito das diferenças, da singularidade do ser humano, no contexto da diversidade cultural.

Sabemos que o contexto histórico de nosso país é marcado por inúmeras desigualdades e exclusões que influenciam até os dias atuais, e, não seria diferente o contexto escolar ao longo da história, este, por muito tempo excluiu, silenciou, etc: o negro, a mulher, o pobre... E até hoje, tende a diminuir e desrespeitar o diferente. Tende a impor uma norma pré-concebida de como devemos ser, na maioria das vezes, uma norma baseada no padrão de homem, branco e heterossexual, o que excluiu e exclui uma série de vivencias.

Como bem explanou o texto base, escrito por Pulino (2014, p.08)

Assim, nós, brasileiros, constituímos-nos como um povo marcado pela diversidade cultural que, até hoje se expressa em nossa aparência, em nossas crenças, nas palavras que usamos, em nossos costumes, religiões, nas artes plásticas, na música, na dança. Essa diversidade tem se articulado historicamente com uma estrutura social marcada por extrema desigualdade econômica-política, o que se expressa no cotidiano das praticas sociais. Exibe-se no país um quadro de evidencia as relações de poder marcadas pela hegemonia do branco, adulto, do gênero masculino, educado, bem posicionado economicamente, bem alimentado e vestido, proprietário de casa própria, politicamente atuante.

Diante deste contexto, cabe à escola completar a transmissão da cultura iniciada na família e em outros grupos sociais. A educação escolar deve buscar transformação do homem a partir da apropriação de conhecimentos científicos e que foram produzidos intencionalmente pelo conjunto dos homens. Ela na perspectiva dos processos de desenvolvimento e aprendizagem deve propor um ensino que respeite a diversidade e ao mesmo tempo o ser único que é cada aluno.

Bernard Charlot (*apud*. PULINO, 2014, p. 02) nos faz refletir sobre o sentido do aprender. Muitas vezes em sala de aula sofremos com as dificuldades de alguns alunos em entender determinados conteúdos e ficamos na ânsia de fazê-los aprender, ficamos tentando compreender o motivo da não aprendizagem, porém não percebemos que o aluno não aprende porque aquilo que se quer ensinar não faz sentido, não tem importância, não é interessante, para ele. Nem sempre a intenção do professor é a mesma do aluno no processo ensinar-aprender. Essa relação professor-aluno/ensinar-aprender é uma relação bastante complexa, envolve a subjetividade de cada um.

Cada aluno carrega em si suas experiências de vida, sua cultura, crença. Cabe à escola proporcionar uma formação de qualidade que contemple os aspectos cognitivos, sociais e afetivos por meio de uma aprendizagem significativa, gerando novos conhecimentos subjetivos e culturais, conhecimentos que sirvam de referências para as práticas da vida. Também cabe à escola reconhecer que o direito à aprendizagem está relacionado ao direito à cultura, assim como, garantir o compromisso de tratar o diferente como iguais em direitos, pois de acordo com Nascimento e Delmondez (2014, p.03)

As pessoas consideradas diferentes, de quem as apreende, ou seja, o outro, continuam sendo historicamente marginalizadas. No entanto, os nomes dados a “eles” variaram bastante. O ser humano nomeado como diferente, para uma determinada comunidade cultural, pode assumir duas posições: uma, de vulnerabilidade – viver uma experiência precária de condição de vida; a outra, de resistência à sua condição de vulnerabilidade. Todavia as duas posições não são excludentes.

Portanto, cabe a nós, quanto professores, escola e representantes do Estado proporcionar e vivenciar uma educação em e para a diversidade. Para isso é importante entender quem são os sujeitos da diversidade e as suas vulnerabilidades. Para esta pesquisa, a principal questão em relação ao tema em pauta é analisar o papel da escola na educação de meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades.

5.2 Refletindo sobre o papel da escola no combate à discriminação de gênero

Desde muito pequenos, até mesmo, ainda no ventre materno, recebemos uma carga cultural que nos envolve e nos faz respirá-la tão naturalmente como se fosse única e perfeita, que nos traz conceitos e atitudes que se passam por naturais, mas que na verdade foram naturalizados e se tornaram estereótipos ao longo dos anos. Assim, aqueles que fogem aos estereótipos pré-determinados são considerados diferentes. Nascimento e Delmondez (2014, p. 04) diz que

Dessa forma, a diferença é naturalizada, no estudo e compreensão das sociedades, e se transforma em um traço cultural porque é um contraponto ao conceito de identidade. Todavia, vale lembrar que a diferença corresponde ao desigual, contudo não está nela o cerne da desigualdade. Ela nos alerta para a diversidade cultural, questão que hoje, aflige o mundo contemporâneo – grande preocupação dos direitos humanos na atualidade.

Quando se fala em diversidade cultural, é preciso falar em igualdade de direitos e não em igualdade entre pessoas, porque esta última exclui, discrimina, segrega todos aqueles que não seguem um padrão. Nascimento e Delmondez (2014, p. 8) fala que

Os modelos políticos para a promoção da igualdade tem se modificado ao longo de mais de duzentos anos desde o seu primeiro anúncio na Revolução Francesa. Havia uma promessa de que todos seriam considerados indivíduos iguais para fins de representação jurídica e de participação política. Contudo, mulheres, escravos e aqueles que não possuíam propriedade, e, portanto, não se assemelhavam ao ideal de indivíduo normativo (o homem branco), tinham a sua cidadania negada, pois lhes eram recusados o direito ao voto.

Portanto, ser igual é ter os mesmos direitos na sociedade. Mas como isso ainda não é realidade, os sujeitos da diversidade cultural se agrupam e ganham cada vez mais força para lutar contra suas vulnerabilidades expressadas pelo racismo, sexismo, homofobia, classismo, etarismo, intolerância religiosa...

A partir daqui trataremos a questão das mulheres, que, “na atualidade, são apreendidas como parte da diversidade cultural que constitui o mosaico cultural

brasileiro” (NASCIMENTO e DELMONDEZ, 2014, p. 4), isso porque as mulheres são sujeitos vulneráveis por mais de um fator. Ainda de acordo com Nascimento e Delmondez (2014, p.04)

Uma das maneiras de entender esse problema é trazida pelas teorias de gênero, que em suas mais diversas elaborações tentam demonstrar os motivos pelos quais as representações sociais sobre os papéis sexuais ocupam lugares diferenciados nos tecidos sociais. Algum passo ainda desconhecido de nossa história decidiu que homens e mulheres teriam não apenas papéis diferenciados na reprodução da espécie, mas também que ocupariam papéis sociais diferentes. E nessa decisão, criou-se o estatuto inferior das mulheres, que devem ser conduzidas, tuteladas, dominadas pelos homens.

Podemos concluir que concepções culturais que se passam por naturais, uma vez que pela anatomia humana a mulher esteja mais perto da natureza e ponha o homem como dominante desta natureza, mas que na realidade são concepções naturalizadas durante anos, colocam homens e mulheres num entrave no que diz respeito aos seus papéis na sociedade, e que acabam, por diversas vezes, fazendo que um ou outro seja discriminado pelo seu gênero.

De acordo com o Carrara (et al., 2009, p. 39)

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não da decorrência da anatomia de seus corpos.

Assim sendo, os nossos comportamentos são aprendizagens socioculturais. E durante muito tempo, as mulheres estiveram em posições de submissões em relação ao homem, não tinham direitos e não tinham participação ativa na sociedade. Podemos perceber isso nos diversos campos como mercado de trabalho, na escolarização, na participação política. Às mulheres restava gerar o filho, cuidar dele, do marido, satisfazê-lo sexualmente e cuidar da casa. Em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir citou a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a qual incitou reflexões sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Concomitantemente, ao longo da história, várias mulheres, em movimentos

feministas, começaram a lutar em busca de mudar sua posição na sociedade e começaram a ganhar voz.

Entretanto, nossas concepções a respeito de ser homem e mulher ainda estão enraizadas em nosso ser, podemos perceber isso quando estamos diante de um bebê que vai nascer, a primeira coisa que fazemos é querer saber o sexo e automaticamente ligamos esta informação com estereótipos que determinam como vai viver esta criança, como as cores do quarto e das roupinhas, o tipo de brinquedo, geralmente tende a ser azul e carrinho para menino e rosa e boneca para menina. Quando mais grandinha, as crianças de acordo com seu sexo, recebem orientação de que roupa vestir, de como sentar, de como se comportar... E assim ela vai crescendo, e naturalizando concepções que distinguem homens e mulheres, onde um não pode adentrar no mundo do outro e que se assim o fizer, surgem os maus olhares, as brincadeiras de mau gosto, os preconceitos, a violência de gênero.

De acordo com o Carrara (et al., 2009, p. 74)

A violência atinge-nos a todos/as. Somos cotidianamente abordados/as por notícias assustadoras sobre a violência e suas várias facetas. A violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apoia-se no estigma de virilidade masculina e de submissão feminina.

As mulheres são as que mais sofrem violência, porque “há uma falsa associação do corpo da mulher à uma inferioridade social, como se não fosse um processo histórico e sim natural” (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2014, p. 05). Contudo, os diversos movimentos feministas vem lutando para que o simples fato de serem mulheres não as façam vítimas e também contra esta hierarquização dos gêneros.

Aqui no Brasil há algumas lutas importantes que mudaram a história de muitas mulheres, como o movimento sufragista, que permitiu às mulheres o direito ao voto, a entrada no mercado de trabalho, a Lei de Cotas, que permite que 30% de representantes femininas no poder Legislativo e no Executivo, a entrada da pílula anticoncepcional no país, a Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Mas há ainda muito o que fazer para que a nossa sociedade esteja livre dessa hierarquia de gênero, pois ainda existem muitos estigmas em relação ao papel do homem e da mulher, onde ainda é horrorizante o homem cuidar da casa e trocar o bebê, enquanto a mulher trabalha fora e sustenta a família, onde ainda é dito às crianças que meninos não choram e que não usam rosa, onde as meninas devem ser comportadas e obedientes e os meninos devem ser fortes e machos.

Todas essas concepções que já nascem impostas a nós podem ser mudadas a partir da nossa mudança de pensamentos. E essa mudança começa na família e respectivamente na escola. Pois como bem exemplifica Carrara (et al., 2009, p. 49)

Devemos prestar atenção no quanto a socialização de gênero é insidiosa. Oferecer aos meninos e aos rapazes apenas espadas, armas, roupas de luta, adereços de guerra, carros, jogos eletrônicos que incitem à violência é facultar como único caminho para a sua socialização a agressividade, o uso do corpo como instrumento de luta, a supervalorização do gosto pela velocidade e pela superação de limites. Ou ainda, de modo mais sutil, oferecer apenas aos meninos, bola, bicicleta e skate, por exemplo, indica-lhes que o espaço público é deles, ao passo, que dar às meninas somente miniaturas de utensílios domésticos (ferro de passar roupa, cozinha com panelinhas, bonecas, batedeira de bolo, máquina de lavar roupa etc.) é determinar-lhes o espaço privado, o espaço doméstico.

Dessa maneira, estamos reforçando as convenções sociais e concomitantemente a hierarquia de gênero, pois tudo o que é aprendido na infância, vai se consolidando na adolescência, pois é onde as identidades vão se fixando e aí “esses modelos de comportamento sexual e social podem se tornar verdadeiras prisões ou fontes de agudo sofrimento quando rapazes e moças não se encaixam nos estereótipos de gênero previamente designados” (CARRARA, et al., 2009, p. 52).

Diante desses pressupostos é que esta pesquisa volta-se à problemática da educação de meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades. Este é um tema que intriga bastante porque como já foi aqui falado, é tão “natural” os papéis que homens e mulheres têm desempenhado na sociedade até aqui, que desconstruir isso é algo que exige muita reflexão e predisposição para aceitar o novo, é preciso um exercício de estranhamento na sociedade.

Segundo a literatura estudada, cabe a nós, pais e professores, “promover transformações no sentido da igualdade a partir do respeito às diferenças” Auad (*apud.* Lima, 2008, texto digital).

Na escola, as questões ligadas ao gênero como a discriminação, podem ser fatores que podem contribuir para uma possível evasão escolar, assim como as dificuldades de aprendizagem e a desigualdade social, pois são fatores que podem interferir diretamente na autoestima do aluno.

O clima presente na escola também contribui bastante para a aprendizagem porque se o aluno chega à escola e não se sente acolhido é muito difícil fazê-lo se interessar pelas atividades propostas pelo professor ou pela escola, se ele apresentar dificuldade em alguma disciplina pode ser mais difícil fazê-lo aprender. De acordo com Maciel (2005, p. 12)

O educador para conseguir alcançar esses alunos desmotivados deve em primeiro lugar trabalhar com a auto-estima deste aluno. A auto-estima é formada pela imagem que cada pessoa tem de si mesma, somada ao autoconceito, desenvolvido a partir de estímulos e informações que recebe de seu ciclo pessoal. Por isso, é importante refletir sobre os estímulos que contribuem ao educando a formação desses valores.

É reconhecido que professores qualificados têm a possibilidade de construir na sala de aula e até mesmo na escola um ambiente favorável ao aprendizado, pois os mesmos podem trabalhar os aspectos cognitivos, afetivos, social do aluno uma vez que têm o embasamento teórico e detêm instrumento de pesquisa para encontrar soluções aos diversos desafios. Como consequência desta competência o professor tem maiores chances de ter em sua turma um bom relacionamento entre ele e seus alunos e entre aluno e aluno. Isso acontece porque um professor qualificado transmite não só com palavras, mas também com atitudes o gosto pelo conhecimento e o respeito às diferenças.

De acordo Carrara (et al., 2009, pp. 48- 49)

Na família, assim como na escola, é fundamental que as pessoas adultas, ao lidarem com crianças, percebam que podem reforçar ou atenuar as diferenças de gênero e suas marcas, contribuindo para estimular traços, gostos e aptidões não restritos aos atributos de um ou outro gênero. Por exemplo, deve ser estimulado nos meninos que sejam carinhosos, cuidadosos, gentis, sensíveis e expressem medo e dor.

Quem disse que homem não chora? As meninas, por sua vez, podem ser incentivadas a praticar esportes, a gostar de carros e motos, a serem fortes (no sentido de terem garra, gana, destemida, aguerridas).

Para isso é preciso que nós, professores, estejamos sempre em formação, em busca de novos olhares para os anseios da sociedade, uma vez que nós influenciemos na visão que as crianças fazem dos papéis que elas representam, assim como, nas atitudes que elas reproduzem. Temos que ter a consciência que o nosso trabalho não é neutro, e que os estereótipos são perpassados muitas vezes sem percebermos, por meio de nossas palavras, gestos, olhares, brincadeiras, na forma com dispomos a turma em sala de aula e nas avaliações que fazemos diariamente. Temos que ter cuidado para não colocarmos ou tentarmos colocar os alunos em um padrão, pois eles são seres subjetivos. Professores que possuem um conjunto maior de conhecimentos ou atributos são mais suscetíveis a dominar os conteúdos de sua disciplina e são mais sensíveis no acolhimento de sua turma sendo capaz de identificar e trabalhar os interesses e sentimentos da mesma. Sabe-se que os conteúdos não devem ser apenas bem transmitidos, porque “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22), e aprender exige uma motivação interna de quem aprende, já que a aprendizagem ocasiona conflitos. O professor precisa levar a criança a ter a curiosidade de buscar respostas aos problemas apresentados a ela, e precisa sempre estar atento para não contribuir para as discriminações e preconceitos de gêneros.

Vale ressaltar que o trabalho do professor constitui um compromisso social e ético. “A mudança essencial não é no “que” ensinar, é no “como”. É saber que o interesse dos estudantes está relacionado às suas condições de vida e que se pode explicar qualquer matéria adaptando-a a essa lógica”, afirma Casassus (*apud*. RATIER, 2008, p. 30). Além disso, para aprender, os estudantes precisam também relacionar fatos, confrontar pontos de vistas e consultar várias fontes de pesquisa.

Em fim, um olhar atento à formação e a condição de trabalho dos professores é uma manobra estratégica para rompermos com o crescente ciclo de desigualdade, sejam elas sociais, étnicas ou de gêneros. Porém não só o

professor deve quebrar paradigmas, mas toda a comunidade escolar. Silva (2006, p. 11) diz que

A escola tem uma função social maior do que já teve. Atualmente, ela é a garantia do aluno (ser indivisível) de se tornar indivíduo solidário atuante. É através da escola que o aluno “enxerga” o outro e as diferenças do mundo. É na escola que o aluno descobre os mecanismos para se relacionar com o próximo. A escola desenvolve papéis de ligação da família com a sociedade, da sociedade com o indivíduo.

A escola pode e precisa promover uma educação que desenvolva nos alunos o interesse de transformação da sociedade, numa educação que permita ao aluno a participação efetiva nas várias instâncias da sociedade, seja qual for seu gênero. A comunidade escolar precisa “discutir e refletir sobre a prática pedagógica da escola, seu conteúdo, seu discurso e sua organização” (CARRARA, et al., 2009, p. 106).

6 – METODOLOGIA

Pesquisar é um trabalho árduo e também um desafio que requer cuidados, critérios e rigores para que o seu resultado possa indicar caminhos e rever perspectivas ao problema pesquisado. De acordo com Marconi e Lakatos (*apud*. SANTOS, 2007, p. 17)

A pesquisa pode ser vista como um procedimento formal como técnica de pensamento reflexivo de rigor científico a cerca de uma determinada realidade ou de verdades parciais. Mais do que buscar a verdade, é uma forma de obter respostas para a problemática fazendo uso de métodos científicos na busca de dados de diversas fontes.

Ao pesquisar o pesquisador se depara com vários caminhos diferentes, então o mesmo deve buscar ou re-inventar o seu caminho, para que assim conduza de forma mais adequada a elaboração e desenvolvimento de sua pesquisa.

A presente pesquisa busca investigar, de modo qualitativo, o papel da escola no combate à discriminação de gênero, tendo como base as observações feitas pela pesquisadora e as referências de diversos autores, que estudam o tema, para alcançar os objetivos propostos.

a) Sujeitos da pesquisa

A pesquisa será realizada por meio de observação das interações dos alunos de uma turma de 3º Ano do Ensino Fundamental I de uma escola pública em Samambaia – DF, também será realizado uma oficina e debate com os alunos da turma.

A turma é composta de 29 alunos, sendo 16 meninos e 13 meninas, com idade entre 08 e 11 anos. Destes, 07 alunos estão em defasagem idade-série, sendo 05 meninos e 02 meninas, pois reprovaram pelo menos uma vez.

De maneira geral, a turma é muito participativa, pontual, frequente, tem bom comportamento e bom relacionamento um com os outros e com a professora.

b) Contexto da intervenção

O presente estudo será realizado numa escola de Ensino Fundamental I da rede pública situada na cidade de Samambaia-DF. A escola fica na QR 403/405 Área especial, possui 16 salas de aula, 01 sala de reforço, 04 banheiros de alunos, 02 banheiros deficientes físicos, 02 banheiros de professores, 01 sala de professores, 01 sala do SOE e SEAA, 01 sala de direção, 01 sala de mecanografia, 01 sala de auxiliares, 01 cantina, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 sala de leitura, 01 quadra e 01 parque. Enquanto aos profissionais a escola dispõe de 01 diretor, 01 vice-diretora, 01 auxiliar administrativo, 01 supervisora pedagógica, 01 pedagoga, 03 coordenadoras pedagógica, 36 professores, 03 monitores, 02 secretárias 02 merendeiras, 02 porteiras, 04 vigias e 11 profissionais da limpeza. Em relação aos níveis e modalidades de ensino, a escola atende somente as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, tem cerca de 350 alunos no turno matutino e 350 alunos no turno vespertino, num total de 31 turmas distribuídas assim:

- 05 turmas de 1º ano;
- 05 turmas de 2º ano;
- 08 turmas de 3ª ano;
- 06 turmas de 4ª ano;
- 05 turmas de 5ª ano;
- 02 turmas de TGD.

A comunidade pertencente à escola é composta de família classe media baixa, com renda de 01 salário mínimo, a maioria católica, moram de aluguel e não são beneficiários dos programas governamentais, os chefes da casa, a maior parte, tem ensino médio e utiliza-se de ônibus como principal meio de transporte.

Quanto aos funcionários da escola, a maioria tem entre 11 e 20 anos de tempo de Secretaria, 0 a 5 anos de atuação na instituição referente e alguma especialização na formação acadêmica.

Como função social a Escola Classe 403 tem (PPP, p.17)

O compromisso social na formação de cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender e atuar na realidade e que vivem, contribuindo para a

construção de uma sociedade mais justa: por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) devendo acontecer de maneira contextualizada valorizando saberes.

Para que este compromisso seja efetivado, a escola realiza projetos, que estimulam reflexões sobre as ações dos alunos, dos professores e de toda a comunidade escolar.

c) Abordagem da pesquisa

A pesquisa terá abordagem qualitativa, de caráter descritivo, porque enfatiza os significados da questão sob exame. Esta abordagem permitiu um melhor estudo do cotidiano escolar para a compreensão das razões responsáveis pela evasão escolar nos Anos Iniciais de Ensino Fundamental, pois possibilita um contato mais direto com os sujeitos pesquisados uma vez que faz com que os mesmos pensem livremente a respeito do tema proposto. De acordo com Goldenberg (*apud*. SAMPAIO, 2006 p.13)

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma intuição, de uma trajetória etc.

Além disso, a pesquisa qualitativa gera hipóteses de trabalho e teorias sobre a questão em exame, pois permite estudá-la em toda sua dimensão. Dessa forma, a abordagem qualitativa colabora para o entendimento de forma mais clara os resultados obtidos.

7 – AÇÕES INTERVENTIVAS

A presente pesquisa busca refletir sobre a seguinte problemática: qual o papel da escola na educação de meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades?

Para isso será realizadas observações das atitudes dos alunos, professores e servidores na rotina escolar, além de uma oficina com a turma 3º ano D, a qual sou regente.

Durante o mês de setembro, será observado a rotina escolar dos alunos, professores e servidores quanto as suas abordagens, falas, comportamentos e atitudes em relação aos papéis de gênero. E será realizada uma oficina, dividida em três dias com duração de no máximo 2 horas e meia.

No primeiro dia será passado à turma o filme Happy Feet (George Miller, 2006) que conta a historia de um pinguim que nasceu com habilidade diferente ao do seu grupo, em vez de cantar o pinguim sabia sapatear, por isso, era rejeitado. Em seguida terá uma conversa informal sobre o filme e sobre a questão do respeito às diferenças, depois será cantada a música Ninguém é igual a ninguém (Milton Karam, 2011)

No segundo dia, será lido o livro Feminino de Menina e Masculino de Menino (Márcia Leite, 2011), que conta de forma divertida como meninas e meninos veem um ao outro. E logo após iniciará um debate sobre as questões levantadas no livro. Em seguida será lido e realizado interpretação oral e escrita do capítulo 7 do livro didático de Português (A escola é nossa, 2012), cujo tema é um recorte do livro “Menino brinca de boneca?” (Marcos Ribeiro, 2001), que dá resposta à pergunta meninas e meninos são diferentes?

No ultimo dia, a turma será dividida em dois grupos, cada grupo receberá um boneco grande, em papel pardo, onde cada grupo enfeitará, escolherá um nome e inventará uma história oral sobre o boneco. Depois, individualmente, os alunos produzirão um texto relatando tudo o que foi trabalhado na oficina, o expondo suas opiniões sobre o assunto.

Segue cronograma de intervenção:

ATIVIDADE	TEMPO
Observação da rotina escolar	Mês de setembro
Oficina:	
Filme Happy Feet Música Ninguém é igual a ninguém	16/09
Debata a partir do livro Feminino de Menina e Masculino de Menino Livro didático de Português Capítulo 7	17/09
Confecção de boneco em grupo Produção de texto	18/09

8 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

Sabendo que o conceito de gênero diz respeito às construções culturais dos papéis que homens e mulheres assumem na sociedade, sabendo que a aprendizagem de gênero começa ainda no ventre materno, e que é a partir de tais aprendizagens que podem surgir os preconceitos e discriminações, é que nosso olhar deve voltar-se à família e à escola, pois são o berço das aprendizagens sociais.

Sendo assim esta pesquisa buscou identificar as diferenças na educação de meninos e meninas no ambiente escolar, analisar como a escola contribui para a diferenciação de valor entre o masculino e o feminino e analisar como as crianças percebem as relações de gênero e seus estereótipos.

Para que os objetivos fossem alcançados foi realizado observações da rotina escolar dos alunos, professores e servidores quanto as suas abordagens, falas, comportamentos e atitudes em relação aos papéis de gênero. Pude perceber que existem muitas formas de segregação de gênero no espaço escolar, mas que ocorrem de forma “natural”, ou melhor, “naturalizada”.

Tudo começa pela fila para entrar na escola e na sala de aula, os alunos são sempre separados em fila de meninos e meninas, a justificativa de tal atitude é para que a disposição das crianças no espaço escolar seja mais organizada e controlável, as crianças entram no pátio da escola e já sabem onde se colocar na esperar do/da professor(a) que as conduzirá até a sala de aula, para a entrada na sala de aula, a maioria dos professores pedem que a fila das meninas adentre a sala primeiro, pois são “damas” e os meninos em seguida, pois são “cavalheiros”. O que pude perceber nestes momentos de filas é que muitas vezes pode-se não esta respeitando a vontade do aluno e que outras vezes pode ser motivo de preconceitos, pois por diversas vezes, observei que quando um ou outro aluno mal posicionado estava mais no lado da fila do seu sexo oposto do que na sua, os professores num tom de reprovação ordenava que o mesmo se posicionasse na sua fila, assim como seus colegas zombavam dele dizendo que fulano era mulherzinha ou homenzinho.

No recreio e nas recreações, observei que os alunos tendiam a separar-se em grupos de meninas e meninos, onde prevalecia a ideia de que um não poderia entrar no grupo oposto, geralmente as meninas estavam reunidas no pátio dançando, ou brincando de corda, ou na amarelinha, ou jogando queimada, ou brincando de casinha, ou de mamãe e filhinha... Já os meninos estavam na mesa de totó, ou jogando futebol, ou correndo atrás um do outro, ou brincando de lutinha... Percebi que a própria escola incentivava tais atitudes quando o adulto entregava a corda para as meninas e a bola para os meninos, ou quando dizia “os meninos ficam com a quadra e as meninas na grama”. Quando uma menina jogava bola com os meninos ou quando o menino dançava, rebolando, no pátio da escola, haviam muitos olhares repreensivos ou de estranhamentos, assim como comentários machistas como “aquele menino tem o jeito muito afeminado”, comentários semelhantes também eram facilmente perceptíveis na sala dos professores, em seus momentos de coordenação, ou em outros setores da escola, tais como “as meninas gostam de fofocar”, “as meninas são mais comportadas”, “os meninos são agitados”, “os meninos são melhores na matemática”.

Por fim, neste mês de observação pude perceber que como o ambiente escolar é determinante para que as interações entre meninos e meninas continuem sendo uma relação hierárquica e discriminatória.

O próximo passo então era saber o que as crianças pensavam sobre as questões de gênero. Para isso, realizei uma oficina, que se consolidou em três dias. No primeiro dia (16/09), como a escola estava preparando-se para trabalhar as diferenças, por causa do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (Lei nº 11.133/2015), iniciei a oficina com o filme Happy Feet, o que encaixou muito com a temática da oficina, pois o primeiro passo para que haja respeito entre meninos e meninas, e para que o pré(conceito) não vire discriminação é o respeito às diferenças. A turma assistiu atentamente ao filme, em seguida conversamos um pouco sobre a história narrada e falamos informalmente sobre as diferenças, depois cantamos algumas vezes a música Ninguém é igual a ninguém. As crianças mostraram-se bem abertas e para elas “nós temos que respeitar todo mundo independente de quem seja, cadeirante ou deficiente intelectual, cada um tem algo para mostrar, como o pinguim”.

No segundo dia (17/09), escrevi no quadro o tema Meninas e meninos são diferentes? A cada letra que escrevia, a turma ia juntando e lendo, até formar a frase, mas antes que eu pudesse falar alguma coisa já ouvi gritos que sinalizavam sim. Não respondi e falei que a resposta iria vir quando eu lesse a história daquele dia que foi o livro Feminina de menina e masculino de menino, de Márcia Leite, que conta de forma divertida como meninas e meninos veem um ao outro. Demorei quase uma hora para terminar a leitura. Era para ser apenas deleite e lida em 5 minutos, mas a cada trecho da história as crianças se identificavam, comentavam, apontavam... Foi muito proveitoso!

Em seguida para mediar o debate que já estava acontecendo espontaneamente, entreguei a eles duas mãos (uma verde, fazendo o sinal de positivo e uma vermelha fazendo o sinal de negativo) e retirava de uma caixa algumas frases que retratam falas e pensamentos que ouvimos no dia-a-dia, como: “azul é para menino e rosa é para menina”, “menina brinca de boneca e menino de carrinho”, “mulher não joga futebol”, “homem não chora”, “Menino não pode usar brinco”, “mulher tem cabelo longo e homem tem cabelo curto”... A cada frase levantavam a mão verde ou vermelha em sinal de concorda ou não concorda, depois era aberto para quem quisesse dizer o porquê concordava ou não.

A maioria das falas das crianças era discordando das afirmações:

“todo mundo pode brincar com o que quiser”;

“eu não brinco de boneca”;

“tem até carrinho de Barbie e os meninos podem brincar com bonecos”;

“é tia! E também podemos inventar que o boneco é amigo da Barbie”;

“os rockeiros tem cabelo grande, depende do estilo da pessoa”;

“é e a Dilma tem cabelo curto”;

“tia, mas tem gente que tem preconceito. Às vezes ficam me chamando de mulherzinha, viadinho, só porque tenho cabelo grande, principalmente no ano passado que me chamavam assim, mas não tem nada a ver, eu uso meu cabelo longo e curto”;

“é mesmo já vi gente chamando ele de mulherzinha só porque ele tem cabelo longo”;

“cada um tem sua cor preferida, tem homem que gosta de rosa, tem mulher que gosta de azul”;

“eu tenho camisa rosa”;

“eu já vi meu pai chorando”;

“e aqui na sala fulano quando fica nervoso chora”

“mulher não sabe jogar futebol”;

“sabe sim, tem até seleção feminina”;

“acho muito feio menino que usa brinco”.

O debate foi muito proveitoso, conversamos sobre o que eles pensam, sobre o respeito às diferenças. Depois, lemos o texto da unidade 7 do livro didático deles, que é um recorte do livro “Menino brinca de boneca?”, que responde à pergunta meninas e meninos são diferentes? Conversamos rapidamente sobre o texto, fazendo referencia ao que tínhamos debatido, neste momento, uma aluna gritou: “Tia eu sei uma diferença, quando a gente cresce a gente pode ter neném e o menino não”. Tive que concordar e explicar sobre a diferença do corpo da menina e do menino. Depois foi feita a interpretação escrita no próprio livro.

No terceiro dia (18/09), dividi a turma em dois grupos, entreguei um boneco grande de papel pardo para cada, solicitei que o enfeitasse, escolhesse um nome e criasse uma forma de apresentar o boneco dizendo quem é, o que ele faz, do que gosta... Enfatizei que o boneco poderia ser quem ele quisesse, gostar do que ele quisesse também, sem medo do que os outros pensam. Aqui foi bem interessante, pois todos os grupos precisaram de um tempinho de discussão para definir se os bonecos seriam meninos ou meninas. Em seguida cada grupo socializou. Por fim, pedi que produzissem um texto individual sobre o que tínhamos conversado e abri para quem quisesse socializar o que havia escrito. Para encerrar, cantamos mais uma vez a musica Ninguém é igual a ninguém, do CD “Olha só quem vem aí”.

Pude perceber com a fala das crianças durante a oficina e suas atitudes no dia-a-dia escolar que as elas pensam de uma forma e agem de outra, para elas meninos e meninas são amigos, mas na pratica não brincam ou querem sentar-se juntos, elas pensam que meninos e meninas podem fazer tudo o que o outro faz, ou gostar de tudo o que o outro gosta, mas na pratica o menino não pode pintar a

camisa do desenho de rosa, ou a menina não pode jogar futebol porque ela não sabe. Observando cada aluno, enquanto fazíamos o debate no segundo dia de oficina, vi em muito deles um reforço cultural da família e da escola o que concorda com o referencial teórico, pois de acordo com Carrara (et al., 2009, p. 49), “devemos prestar atenção no quanto a socialização de gênero é insidiosa”. A forma como educamos meninos e meninas pode reforçar ou não os estereótipos que muitas vezes dilaceram crianças que tem preferências diferentes das convenções sociais.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de gênero na escola não é uma tarefa fácil, principalmente com profissionais da educação, onde características pessoais como as questões de religiosidade e os valores de cada um ainda são uma dificuldade para o desenvolvimento do tema. Mas falar de gênero é antes de tudo falar em igualdade e respeito, dois pontos hoje em dia muito comentado e buscado, especialmente no ambiente escolar e nos debates sobre os direitos humanos.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, nas leituras de embasamento, quanto nas observações e ações na rotina escolar pude perceber que o fato de eu, mulher, estudar e trabalhar “fora”, deveu-se muito as conquistas que as mulheres ao longo dos tempos vêm alcançando, pois até outrora, a vida social e política era absolutamente masculina. Tal hegemonia era baseada na anatomia dos corpos das mulheres, que pelo fato de poderem gerar filhos, eram consideradas mais próximas da natureza e por isso seriam inferiores aos homens. Também pude perceber que a criação de meninos e meninas interferem nessa hierarquia entre homens e mulheres. Desde o ventre materno, as crianças são inseridas em uma gama de estereótipos de acordo com o seu sexo, desde as cores azul ou rosa, o tipo de brinquedo... até seu comportamento perante a sociedade. Assim sendo, gênero é o modo como nos comportamos socialmente.

Levar esta temática para dentro da escola é essencialmente importante, pois é neste ambiente que as crianças são inseridas ativamente na vida social, é neste espaço que se iniciam as lutas democráticas. E é esta escola de prática democrática que deve oferecer um ensino que proporcione uma real aprendizagem a todos, proporcionando-lhes o desenvolvimento máximo das potencialidades, que respeite a diversidade, valorizando a individualidade e interesses de cada um.

Durante a análise de dados, pude constatar que as crianças em seus argumentos tem a noção que todos, meninos e meninas, podem fazer e gostar do que quiserem, desde que se respeitem, que não precisa ser menina para gostar do rosa, ou menino para jogar bola, que ambos podem adentrar no mundo do outro sem perder sua individualidade. Mas na prática não é bem assim que agem, o que percebi na sala de aula, nas interações no recreio é que existe uma

segregação entre os gêneros, que parte das próprias crianças, mas que é reforçada pelo adulto, que as induzem como se comportarem, para as meninas exigem atividades e comportamentos mais disciplinados, para os meninos justificam comportamentos agressivos ou agitados pelo fato de serem meninos.

A presente pesquisa possibilitou obter a visão de que é preciso quebrar muitos paradigmas e que esta parte de desconstrução do pensamento pode ser algumas vezes dolorosa, mas que necessária para que possamos construir sociedades mais justas e igualitárias. Desta forma, foi muito gratificante realizar esse estudo.

Esta pesquisa não termina aqui, ela é o início do desafio que se pretende buscar e alcançar a real educação para a diversidade. Sendo assim, este tema foi de grande relevância, pois buscou referências para entender o papel da escola frente à educação de meninos e meninas. Não só por isso, mas porque pode contribuir para o desenvolvimento cada vez maior de estudos mais profundos a respeito da igualdade de gênero dentro do contexto dos direitos humanos.

10– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Regina. **Diversidade cultural: o papel do gestor diante da diversidade cultural no ambiente escolar.** (2010). In: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/diversidade-cultural-o-papel-do-gestor-diante-da-diversidade-cultural-no-ambiente-escolar-3235889.html>. Acesso em 18/09/2015.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

ABREU, Ana Paula Gomes de. **A evasão escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma Escola Pública do DF.** Monografia (graduação). Faculdade JK. Curso de Pedagogia. Taguatinga – DF, 2009.

CARVALHO, Adriana. **Gêneros diferentes, direitos iguais.** (2014). In: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml>. Acesso em 25/10/2015

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** In: *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.* Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARRARA, Sérgio (org.), et al. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** In: *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.* Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CAVÉQUIA, Marcia Pagananini. **A escola é nossa: letramento e alfabetização, 3º ano.** São Paulo: Scipione, 2011.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do e Polianne Delmondez. **Diversidade Cultural e Ambiente escolar.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade.*(Modulo I e II). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GROSSI, Esther Pillar. **Gênero e as novas idéias sobre aprendizagem.** Programa de PósGraduação em Antropologia Social - IFCH-UFRGS, 2009.

LEITE, Marcia. **Feminina de menina, masculino de menino.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

LIMA, Galvão Aline. **Educar meninas e meninos: relação de gênero na escola.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> > Acesso em 27 agosto 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACIEL, Branches Álamo. **Relação afetiva entre professor-aluno**. 2005. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação). Curso de Pedagogia. Faculdade JK, Águas Claras – DF, 2006.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PPP Escola Classe 403 de Samambaia. Disponível em: < <http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/10/PPP-EC-403-de-Samambaia.pdf> > Acesso em: 07 agosto 2015.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Diversidade Cultural e Ambiente escolar**. In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Modulo I e II). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

RATIER, Rodrigo. **O clima emocional é essencial para haver aprendizagem**. In: Revista Nova Escola. São Paulo: ano XXI, n.193, pp.32-39, 2008.

SAMPAIO, Olímpia Pereira. **A construção da leitura nas turmas de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental na Rede Pública**. Monografia (graduação). Faculdade JK. Curso de Pedagogia. Taguatinga – DF, 2006.

SANTOS, Suelma Maria de Souza. **Evasão no Contexto da Educação de Jovens e Adultos**. Monografia (graduação). Faculdade JK. Curso de Pedagogia. Taguatinga- DF, 2007.

SILVA, Elisângela Ferreira da. **Reprovação e evasão escolar na 4ª série do Ensino Fundamental**. Monografia (graduação) – Faculdade JK. Curso de Pedagogia. Taguatinga -DF, 2007.

Wikipédia. **Gênero (Sociedade)**. In: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Genero_\(sociedade\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Genero_(sociedade)). Acesso em 25/10/2015.

Wikipédia. **Igualdade de gênero**. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igualdade_de_genero. Acesso em 25/10/2015.